

Reinaldo Imbrozio Barbosa Doutor em Ecologia Tropical fala sobre fracasso da COP-15

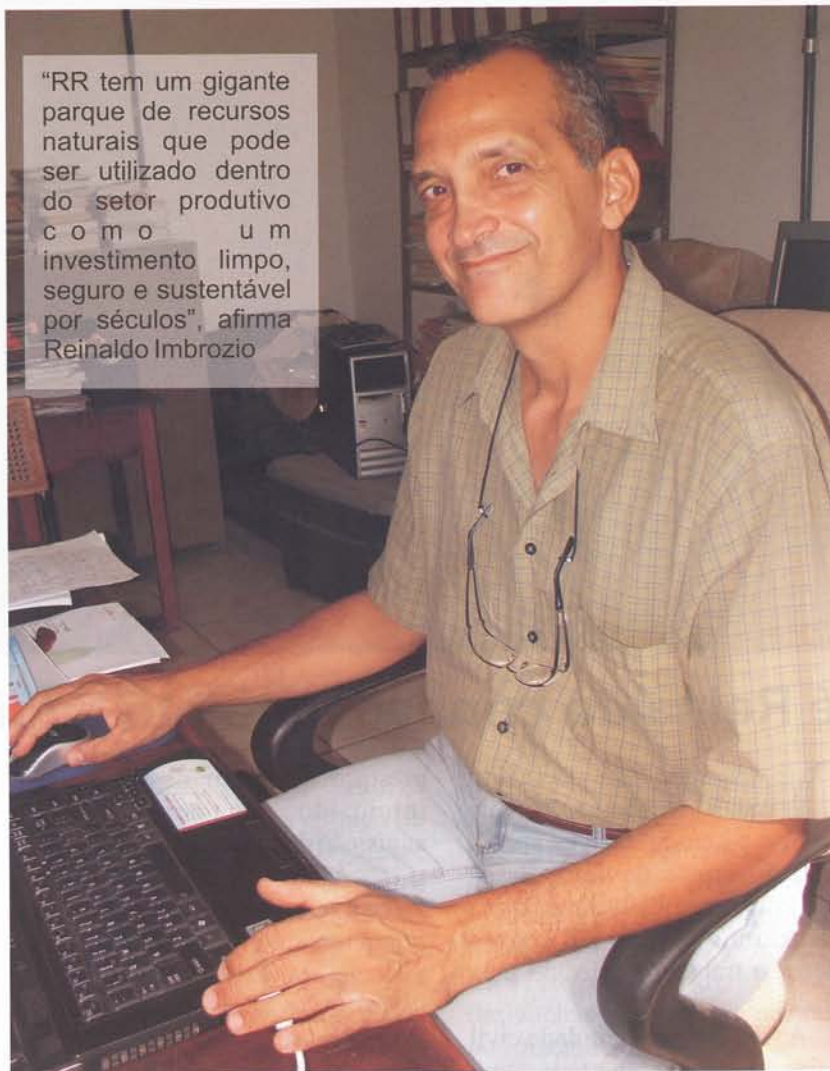
No final do ano passado os olhares do mundo estiveram focados na 15ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-15) realizada em Copenhague, na Dinamarca. O encontro reuniu 193 países com o propósito de firmarem um acordo para limitar as emissões de gases de efeito estufa (dióxido de carbono), que influem diretamente no aumento do aquecimento global.

O documento preliminar que deveria ser acordado prevê que os países desenvolvidos cortem 20% das emissões de carbono até 2020, valor que deve aumentar para 80% até 2050.

Como o documento não estabeleceu metas diferentes daquelas já apresentadas pelos países desenvolvidos antes do encontro, o acordo foi considerado uma decepção por muitos países. Várias ONGs ligadas ao meio ambiente consideram a COP-15 um "fracasso histórico" devido à falta de metas vinculativas.

O encontro não superou as expectativas e os participantes não chegaram a um consenso sobre o assunto. Ficou decidido que a questão será tratada em uma nova data prevista para este ano, no México. Somente um acordo parcial foi fechado entre os Estados Unidos, China, Índia, Brasil e a África do Sul, com o apoio de outros países, mas que ainda deixa muitos pontos da negociação em aberto.

O que se pode abstrair deste resultado é que a década que se inicia será pautada por uma série de discussões sobre a tentativa de redução do aquecimento global por parte de alguns países como o Brasil e o total descaso por parte de outros,



"RR tem um gigante parque de recursos naturais que pode ser utilizado dentro do setor produtivo como um investimento limpo, seguro e sustentável por séculos", afirma Reinaldo Imbrozio

Reinaldo Imbrozio

como os Estados Unidos.

Para falar a respeito do assunto, a equipe de reportagem da Somos entrevistou o mestre e doutor em Ecologia Tropical pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Reinaldo Imbrozio Barbosa, que também falou sobre as potencialidades econômicas para Roraima por meio do desenvolvimento sustentável.

Reinaldo fez um breve

retrospecto sobre a discussão em relação às condições climáticas do planeta. Lembrou que tudo começou com a primeira conferência sobre clima e biodiversidade realizada em Estocolmo, na Suécia em 1972. Segundo ele, nesse período já se falava em aquecimento global e as entidades ambientais responsabilizavam os países ricos, por causa da queima desregulada

dos combustíveis e os subdesenvolvidos por conta do grande índice de desflorestamento.

“Após este encontro foi realizada a “Rio 92” na cidade do Rio de Janeiro, culminando com o chamado Protocolo de Kyoto assinado em dezembro de 1997.

Este protocolo destinava-se a estabelecer metas de redução das emissões de gases do efeito estufa, principalmente pelos países desenvolvidos e grandes emissores de gases poluidores”, ressaltou.

Ele disse que no início das discussões os países em desenvolvimento eram responsabilizados como se fossem os maiores culpados pela poluição do planeta, contudo, com o passar dos anos e com a realização de outras conferências foram feitos inúmeros estudos internacionais, concluindo-se que os maiores responsáveis pelo problema eram os países desenvolvidos e não os países em desenvolvimento, como no caso o Brasil ou o México. “Tudo se deve principalmente à queima de combustíveis fósseis derivados do petróleo e do carvão mineral”, justificou.

Ele afirmou que nos países desenvolvidos existem enormes parques industriais e frotas de veículos que emitem gigantescas quantidades de gases poluidores. “Neste caso, países como os Estados Unidos, o Japão e a maior parte da comunidade européia estão neste grupo. China, Brasil, Rússia e Índia são países em desenvolvimento que estão aumentando seu parque industrial e suas emissões por queima de combustível fóssil, mas ainda estão fora dos grandes grupos de poluidores por esta fonte”.

Em relação ao Brasil, ele disse que “Nossa preocupação é quanto às emissões por desmatamento e queima de biomassa (restos florestais). Neste caso, o Brasil é o país que mais emite e temos que ter sérias

preocupações no sentido de não perdermos mais nossas florestas e cerrados (savana, lavrado) que são extremamente ricos em biodiversidade e recursos hídricos.

Os estudos nacionais e internacionais foram e são importantes porque apontam, com base em números científicos, quem são os responsáveis pela poluição no planeta, dando peso real de suas emissões anuais”, explicou.

Segundo ele, o resultado da Conferência em Copenhague não foi o esperado. “Pela experiência que tenho e o que venho acompanhando nesses últimos anos, eu imaginava que as coisas fossem se acertar ao final da reunião. Entretanto, a decisão americana de considerar o acordo como ‘... não obrigatório’ prejudicou muito sua finalização. O acordo ideal seria a de que todos concordassem com uma redução de pelo menos 20% de suas emissões em relação ao quantificado no ano de 1990”.

Entretanto, os Estados Unidos se manteve irredutível quanto à sua proposta de reduzir apenas 4%, fazendo com que países como China, Brasil, países africanos, europeus e asiáticos não se sentissem à vontade e obrigados a manter metas ao longo do início deste século”, afirmou.

Lembrou que o Brasil, mesmo não sendo obrigado a fazer reduções, fez uma excelente proposta que tinha como meta reduzir em até 38,9% suas emissões com base na redução do desmatamento, em especial aquele derivado da floresta amazônica.

Sobre o resultado final da Conferência, para o doutor em Ecologia Tropical nada se resolve do dia para a noite, pois há muito que se discutir em torno dessa problemática. Para ele, as propostas estabelecidas em Copenhague tinham como objetivo reduzir as emissões de gases poluentes e fazer com que a temperatura não ultrapasse os 2°C até o ano de 2020. Lembrou também que se os governantes do planeta não se mobilizarem efetivamente na conferência que será realizada este ano no México, pouco poderá ser feito - em curto prazo - para evitar que desastres ambientais que atinjam o próprio ser humano possam ser evitados.

“Basta ver o aumento dramático do número de desastres vinculados ao clima na Terra. Olhem para o sul do país com enormes secas variando em curto espaço de tempo com chuvas torrenciais. Vamos um pouco mais longe, olhem os desastres



ambientais da China e dos países asiáticos ligados ao Mar Asiático: chuvas e enchentes que matam e deixam rastros inacreditáveis. Vamos ver se na COP 16 os governantes estão mais associados a ter um planeta limpo e saudável para todos, ou uma enorme conta humana a ser paga nos próximos anos”, destacou.

Quanto a opinião dele sobre as condições do Estado de Roraima se desenvolver economicamente de maneira sustentável, Reinaldo disse que o estado possui um gigante parque de recursos naturais que pode ser utilizado dentro do setor produtivo como um investimento limpo, seguro e sustentável por séculos.

“Este potencial pode ser visto fartamente tanto em áreas conservadas como em não protegidas. No Estado, temos cerca de 55% de áreas conservadas, sendo a maior parte de terras indígenas e pouco menos de 6% de áreas de conservação ambiental federais”, ressaltou, citando como exemplo os indígenas da região que, segundo ele “são os maiores exemplos da prática do desenvolvimento sustentável, pois 'exploram' a terra por meio dos conhecimentos tradicionais com a utilização de recursos naturais sem a sua eliminação. Fato que nós ainda não conseguimos ver com bons olhos e nos proporciona vários maus



Os países desenvolvidos poluem mais

exemplos de exploração da terra”, observou.

Quanto às unidades de conservação ambiental, para ele, estas são as bases experimentais para a geração de conhecimento sobre as relações ecológicas entre os seres vivos e a sua importância quanto à manutenção de ecossistemas naturais para a nossa própria sobrevivência. “Digo isso porque é de lá que podemos vislumbrar a real importância dos chamados 'serviços ambientais', que são os produtos que a floresta e o lavrado podem nos dar sem que precisemos destruí-los”, destacou.

Como exemplo ele cita o uso

da biodiversidade roraimense para transformação em remédios para curas do câncer ou da AIDS, a preservação dos sistemas aquáticos para a obtenção de água potável para beber sem adquirir doenças infecciosas.

Por fim, ele alertou para a necessidade de Roraima ter uma forte política estadual que conscientize a população agrícola a proteger e conservar o uso dos recursos naturais. Segundo ele, as taxas de desmatamento apontam que o estado tem cerca de 9 mil km² de área de floresta já alterada e, pouco mais de 3 mil km² de lavrado.

“Se a idéia é produzir alimento para o sustento local e para a exportação, temos áreas suficientes já alteradas para o setor produtivo. Basta apenas reaproveitar as que já estão desmatadas. Com isso, não precisaríamos derrubar nem mais uma única árvore. Por fim, gostaria apenas de lembrar que não temos um planeta “B”, e que todos temos nossas responsabilidades em ofertar um mundo melhor para nossos descendentes. Roraima faz parte deste mundo melhor”, concluiu.



Aquecimento global, uma realidade vivível